DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ – DPE/AP

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 003/2025

Acordo de Cooperação Técnica - ACT que entre si celebram a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP** e o **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/AP**, visando à oferta de cursos de educação profissional em diferentes áreas do conhecimento, alinhados às demandas do mercado.

De um lado, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ (DPE/AP)**, com sede em Macapá, na Rua Eliezer Levy, nº 1157. CEP: 68900-074, centro, inscrita no CNPJ nº 11762144/0001-00, neste ato representado por seu dirigente máximo - o Defensor Público-Geral do Estado do Amapá José Rodrigues dos Santos Neto, nomeado pelo Decreto nº 1117, de 25 de Janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 8.089, portador do RG nº 2502779 SSP PI e CPF nº 024.367.983-11 e, do outro lado, o **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI/AP,** inscrito no CNPJ nº 03.775.690/0001-49, entidade de direito privado, com sede em Macapá/AP, na Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, 2000 - Santa Rita - CEP: 68901-283, neste ato representada pela Diretora de Operações Sra. Alyne Vieira Silva Barbosa, brasileira, CPF nº 989.328.880-00, firmam este Acordo de Cooperação Técnica, conforme as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. Acordo de Cooperação Técnica, em regime de colaboração entre os acordantes, tem por objeto à **oferta de cursos de educação profissional,** garantindo que todas as vagas ofertadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica sejam destinadas integralmente à gratuidade regimental do SENAI-DR/AP, não sendo permitida a cobrança de qualquer taxa, mensalidade ou valor dos beneficiários, direta ou indiretamente, assegurando a participação totalmente gratuita para o público-alvo, alinhados às demandas do mercado aos usuários de abrangência da Defensoria Pública, tanto na Capital Macapá quanto nos demais Municípios do Estado do Amapá.

1.2. Para fins deste ACT, a DPE/AP, fará o encaminhamento das pessoas consideradas hipossuficientes, nos termos dos artigos 98 a 102 do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15) e também pela Resolução nº 03/2019/CSDPEAP que regulamenta a aferição da hipossuficiência, critérios de atuação e denegação de atuação pelos Defensores Públicos do Estado do Amapá. Serão encaminhados os cidadãos que atendam aos pré-requisitos exigidos para ingresso nos cursos e que manifestem interesse em participar das ofertas do SENAI, na modalidade de gratuidade regimental, destinada ao atendimento deste ACT.

CLÁUSULA 2ª - DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, cujas funções sociais também estão destacadas no artigo nº 134 da Constituição Federal de 1988.

Marcelo Assim
Advogado
OAB/AP 1797-A
SESI-SENAI-DR/AP

2.2. Além da orientação jurídica, judicial e extrajudicial, a DPE/AP apoia o lado social, que é de grande importância à promoção da cidadania e de transformação social. Muito além das questões jurídicas, executa seus programas e ações para ampliar seu eixo de atuação em direção à participação na proposição e aperfeiçoamento de políticas públicas necessárias à manutenção e ao fortalecimento da sua missão institucional no contexto da sociedade amapaense.

2.3. Consoante às finalidades institucionais, dentre elas, a interação com a sociedade e o Estado na defesa dos diretos dos necessitados, a Defensoria busca firmar parcerias que gerem oportunidades aos assistidos e que, através do trabalho executado e dos resultados alcançados, agreguem valor a vida do público-alvo atendido e reforcem seus objetivos e missão institucional. Iniciativas como esta vão ao encontro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS que visam, sobretudo, educação, trabalho, erradicação da pobreza, parcerias, entre outros.

CLÁUSULA 3ª – DA COOPERAÇÃO E DOS OS CURSOS OFERTADOS

3.1. O Acordo visa cooperação e parceria social entre a DPE/AP e o SENAI/AP para a oferta de cursos da educação profissional (no que couber) e em diferentes modalidades aos assistidos, em todos os Núcleos Regionais e Especializados de atendimento. As oportunidades de capacitação visam atender às demandas por meio de ações que unam educação e o mundo do trabalho.

a) Durante o atendimento e de posse do catálogo, listagem ou programação dos cursos ofertados, os servidores da DPE/AP irão divulgar aos assistidos sobre os cursos e diante da aceitação das oportunidades ofertadas, proceder com a pré-inscrição do candidato na ficha de matrícula padrão do SENAI/AP que posteriormente será encaminhada a Unidade Operacional do SENAI responsável pela oferta.

b) Técnicos do SENAI/AP irão planejar a oferta e a execução dos cursos, incluindo a logística para que as aulas sejam realizadas. Também disponibilizarão os recursos humanos (profissionais com expertise) e insumos necessários ao processo de aprendizado, conforme diretrizes deste ACT e detalhamento constante no Plano de Execução proposto pela DPE/AP.

CLÁUSULA 4ª - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS (rol não exaustivo).

Elencam-se algumas obrigações relativas aos acordantes:

a) Cumprir as obrigações definidas neste instrumento;

b) Planejar e executar as ações/objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados, catalogando todas as informações;

c) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;

d) Realizar visitas técnicas de acompanhamento durante a realização dos cursos e nas ações em decorrência deste ACT, para verificação do cumprimento do objeto deste termo, quando necessário;

e) Disponibilizar recursos humanos, materiais e tecnológicos para executar as ações, mediante custeio próprio de cada acordante;

f) Permitir acesso de agentes da administração pública (controles interno e externo), aos documentos relativos ao acordo, assim como, aos elementos de sua execução, quando e se necessário for;

g) Fornecer ao parceiro, quando solicitado, as informações necessárias para o cumprimento das obrigações acordadas;

Marcos Sassim
Advogado
OAB/AP 1797-A
SESI-SENAI-DR/AP

h) Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual de toda a documentação gerada durante a execução deste ACT, no que couber.

i) As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, no limite de suas possibilidades, para que não faltem recursos de qualquer natureza para a execução das ações elencadas no plano, com foco na efetivação deste Acordo.

CLÁUSULA 5ª - DOS RECURSOS HUMANOS

5.1. De um lado, profissionais qualificados, pertencentes ao quadro do SENAI/AP, sem alteração da vinculação dos mesmos e sem quaisquer ônus ao outro acordante. Do outro lado, servidor(a) da DPE/AP nomeado(a) para acompanhar as ações resultantes deste ACT, custeado pela própria instituição, assim como a logística de acompanhamento das ações.

CLÁUSULA 6ª - DOS RECURSOS MATERIAIS E DA INFRAESTRUTURA

6.1. Os cursos irão acontecer preferencialmente nas Unidades Operacionais do SENAI/DR/AP, cujos técnicos irão planejar e executar os cursos de acordo com as diretrizes pedagógicas utilizadas pela instituição, integralizando os recursos materiais, tecnológicos e os insumos indispensáveis ao aprendizado.

6.2. A DPE/AP irá realizar a indicação dos assistidos, associados à pré-inscrição no curso de preferência e, quando realizados nas comarcas do interior, dará apoio logístico para que as capacitações aconteçam, assim como na logística de transporte de instrutor e de material, quando necessário.

6.3. A captação de alunos para ofertas de cursos do SENAI em outros municípios do estado deverá ser informada previamente ao SENAI, antes de sua realização, para que seja avaliada a viabilidade de atendimento, considerando a estrutura física disponível em cada localidade. Essa avaliação incluirá, quando necessário, a realização de visita técnica por parte do SENAI.

CLÁUSULA 7ª – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1. Não haverá transferência de recursos financeiros entre os acordantes para a execução deste Acordo. As despesas com pessoal, deslocamentos e comunicação entre os órgãos, dentre outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações dos próprios acordantes, caso seja necessário. Os serviços decorrentes deste acordo serão prestados em regime de Cooperação Mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remuneração pelos mesmos.

CLÁUSULA 8ª - DO ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.

8.1. O acompanhamento será por meio presencial, por servidor(a) já designado(a) pelas acordantes, o(a) qual fará acompanhamento, com registros fotográficos e anotações necessárias à composição de relatórios, sendo também responsável por toda documentação produzida durante a realização dos cursos.

a) Será competência dos designados comunicar-se com outro partícipe, bem como, marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

c) Sempre que o designado não puder continuar a desempenhar as atividades, este, deverá ser substituído. A Comunicação da substituição deverá ser feita ao outro participe, no prazo de até cinco dias da substituição, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA 9ª – DO PRAZO E VIGÊNCIA

Marcos Cassim
Advogado
OAB/AP 1797-A
SESI-SENAI-DR/AP

9.1. O prazo de vigência deste acordo será, inicialmente de 12 meses, a contar da publicação do ACT, podendo ser prorrogado por igual período, ocorrendo manifestação das partes. A não ocorrência de manifestação de vontade resultará no encerramento do mesmo, por meio de manifestação/justificativa formalizada de umas das partes acordantes.

CLÁUSULA 10ª – DA DIVULGAÇÃO

10.1. Os partícipes se obrigam a submeter previamente, por escrito, a aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica, decorrente da execução deste ACORDO DE COOPERAÇÃO a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e outros.

CLÁUSULA 11ª – DA ANTICORRUPÇÃO

11.1. As PARTES comprometem-se, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a conhecer, monitorar e cumprir rigorosamente todas as leis anticorrupção brasileiras, incluindo, mas não se limitando, as políticas internas e ao Código de Ética e Conduta do SESI/SENAI Amapá, disponível para download no site: https://www.ap.senai.br

11.2. As PARTES declaram e garantem que não estão envolvidos ou irão se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, parte relacionada, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e demais regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção").

CLÁUSULA 12ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. Os acordantes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) ("LGPD"), e obrigam- se a adotar todas as medidas razoáveis par garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

CLÁUSULA 13ª – DA PUBLICAÇÃO

13.1. A Defensoria Pública do Estado do Amapá promoverá a publicação do extrato deste ACT no Diário Oficial do Estado do Amapá e no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Amapá, assim como o deixará disponibilizado em seu site oficial.

CLÁUSULA 14ª – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

14.1. O presente instrumento poderá ser rescindindo justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos participes, mediante comunicação formal, quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica e na ocorrência de casos fortuitos com impeditivos à execução do objeto.
14.2. O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA poderá ser denunciado por qualquer uma das partes, mediante simples aviso por escrito, manifestado com 30 (trinta) dias de antecedência, devendo ser honrados os compromissos assumidos até a data desse encerramento e finalizadas as atividades em curso.

CLÁUSULA 15ª – DOS CASOS OMISSOS

Marcio Cassim Advogado OAB/AP 1797-A SESI-SENAI-DR/AP

15.1. As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA 16ª – DO FORO

16.6. As controvérsias decorrentes da execução do Presente Acordo de Cooperação Técnica serão solucionadas entre os acordantes, com decisão lavrada em ATA, posteriormente encaminhadas à gestão de cada uma das instituições partícipes para ciência das decisões e encerramento do ato.

16.2. E, por estarem em acordo, os acordantes obrigam-se ao cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual foi aprovado, lavrado em duas vias de igual teor e forma, que seguem assinadas pelos representantes das instituições, para que produzam seus legais efeitos, em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA 17ª - DO PLANO DE EXECUÇÃO.

17.1. Para o alcance do objeto, os acordantes obrigam-se a elaborar Plano de Execução (Anexo), que será peça complementar deste Acordo de Cooperação Técnica, bem como, toda documentação técnica gerada (cadastro de pessoal, relatórios quantitativos e qualitativos, fichas técnicas, entre outros), cujos dados nela contidos atendam aos objetivos acordados pelos partícipes.

Macapá/AP, 18 de agosto de 2025.

José Rodrigues dos Santos Neto
Defensor Público-Geral do Estado do Amapá

Alyne Vieira Silva Barbosa
Diretora de Operações – SENAI AMAPÁ

Testemunhas:

1 _____ **CPF:** _____

2 _____ **CPF:** _____

Marcus Sassim
Advogado
OAB/AP 1797-A
SESI-SENAI-DR/AP

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO

Referência: Acordo de Cooperação Técnica - ACT que entre si celebram a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - DPE/AP** e o **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/AP**, visando à oferta de cursos de educação profissional em diferentes áreas do conhecimento, alinhados às demandas do mercado.

1. Acordantes:

1.1 Dados das Instituições:

NOME	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ	
SIGLA	DPE/AP	CNPJ
ENDEREÇO	Rua Eliezer Levy, 1157 – Centro. Macapá – AP. CEP: 68900-074.	
HOME PAGE	https://defensoria.ap.def.br/	
E-MAIL	protocolo@defensoria.ap.def.br	

NOME	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	
SIGLA	SENAI	CNPJ: CNPJ: 03.775.690/0001-49
ENDEREÇO	Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 2000- Santa Rita. Macapá – AP	
HOME PAGE	http://www.ap.senai.br	
E-MAIL		

1.2 Responsáveis pela assinatura do ACORDO:

NOME	José Rodrigues dos Santos Neto		
CARGO/FUNÇÃO	Defensor Público-Geral do Estado do Amapá		
ENDEREÇO	ROD. JK 4281 COND. VILA TROPICAL RUA 03, 115 - JARDIM EQUATORIAL. CEP:		
TELEFONE	(86) 99806-3060		
CPF / IDENTIFICAÇÃO		MATRÍCULA	25-1
E-MAIL	josenetodpeap@gmail.com		

NOME	Alyne Vieira Silva Barbosa		
CARGO/FUNÇÃO	Diretora de Operações SENAI DR/AP		
ENDEREÇO	Rua Odilardo Silva, 3380 Aptº 601 - Macapá-AP		
TELEFONE	(21) 99530-8019		
CPF / IDENTIFICAÇÃO	989.328.880/00	MATRÍCULA	
E-MAIL	alyne.vieira@sesisenaiap.org.br		

1.3 Servidor(a) responsável pelo acompanhamento e gerenciamento do Acordo de Cooperação Técnica.

NOME	Geovana Patrícia Pimentel Cabral
CARGO/FUNÇÃO	Coordenadora de Planejamento da Defensoria Pública do Estado do Amapá
ENDEREÇO	Avenida Severino Gomes de Almeida, 2199 – Novo Horizonte. Macapá/Ap. CEP:68.909-012

TELEFONE	(96) 99171-2596		
CPF / IDENTIFICAÇÃO	699.353.512-20		
E-MAIL	coplan@defensoria.ap.def. br		

NOME	Gislaine Freitas Baia Leme		
CARGO/FUNÇÃO	Coordenadora de Desenvolvimento Educacional – SENAI DR/AP		
ENDEREÇO	Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 2000- Santa Rita. Macapá – AP		
TELEFONE	(96) 99117 3960		
CPF / IDENTIFICAÇÃO	008.773.802-09		
E-MAIL	gislaine.baia@ap.sesi.org.br		

2. OBJETO

Acordo de Cooperação Técnica, em regime de colaboração entre os acordantes, tem por objeto à **oferta de cursos de educação profissional** alinhados às demandas do mercado aos usuários de abrangência da Defensoria Pública, tanto na Capital Macapá quanto nos demais Municípios do Estado do Amapá.

Para fins deste ACT, a DPE/AP, fará o encaminhamento das pessoas consideradas hipossuficientes, nos termos dos artigos 98 a 102 do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15) e também pela Resolução nº 03/2019/CSDPEAP que regulamenta a aferição da hipossuficiência, critérios de atuação e denegação de atuação pelos Defensores Públicos do Estado do Amapá. Serão encaminhados os cidadãos que atendam aos pré-requisitos exigidos para ingresso nos cursos e que manifestem interesse em participar das ofertas do SENAI, na modalidade de gratuidade regimental, destinada ao atendimento deste ACT.

3. JUSTIFICATIVA

Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, cujas funções sociais também estão destacadas no artigo nº 134 da Constituição Federal de 1988.

Além da orientação jurídica, judicial e extrajudicial, a DPE/AP apoia o lado social, que é de grande importância à promoção da cidadania e de transformação social. Muito além das questões jurídicas, executa seus programas e ações para ampliar seu eixo de atuação em direção à participação na proposição e aperfeiçoamento de políticas públicas necessárias à manutenção e ao fortalecimento da sua missão institucional no contexto da sociedade amapaense.

Consoante às finalidades institucionais, dentre elas, a interação com a sociedade e o Estado na defesa dos diretos dos necessitados, a Defensoria busca firmar parcerias que gerem oportunidades aos assistidos e que, através do trabalho executado e dos resultados alcançados, agreguem valor a vida do público-alvo atendido e reforcem seus objetivos e missão institucional. Iniciativas como esta vão ao encontro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS que visam, sobretudo, educação, trabalho, erradicação da pobreza, parcerias, entre outros.

4. META/INDICAÇÃO DO QUANTITATIVO DE CANDIDADTOS POR TURMA E CURSO OFERTADO

Serão indicados candidatos conforme o quantitativo de vagas disponível por turma/curso ofertado.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Não haverá transferência de recursos financeiros entre os acordantes para a execução deste Acordo. As despesas com pessoal, deslocamentos e comunicação entre os órgãos, dentre outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações dos próprios acordantes, caso seja necessário. Os serviços decorrentes deste acordo serão prestados em regime de Cooperação Mútua, não cabendo aos partícipes quais quer remuneração pelos mesmos.

6. DO ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.

O acompanhamento será por meio presencial, por servidor(a) já designado(a) pelas acordantes, o(a) qual fará acompanhamento, com registros fotográficos e anotações necessárias à composição de relatórios, sendo também responsável por toda documentação produzida durante a realização dos cursos.

a) Será competência dos designados comunicar-se com outro partícipe, bem como, marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

c) Sempre que o designado não puder continuar a desempenhar as atividades, este, deverá ser substituído. A Comunicação da substituição deverá ser feita ao outro participe, no prazo de até cinco dias da substituição, seguida da identificação do substituto.

7. PREVISÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO DO ACORDO:

Inicialmente será considerado o prazo de vigência deste acordo de 24 meses como previsão de execução das primeiras capacitações por demanda, cuja contagem dar-se-á com a publicação do ACT, podendo ser prorrogado por igual período ou além, ocorrendo manifestação das partes. A não ocorrência de manifestação de vontade resultará no encerramento do mesmo, por meio de manifestação/justificativa formalizada de umas das partes acordantes.

8. APROVAÇÃO:

JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS NETO
Decreto de Posse nº 1117, de 25 de janeiro de 2024
Defensor Público-Geral do Estado do Amapá

ALYNE VIEIRA SILVA BARBOSA
Portaria SENAI-AP Nº005/2025
Diretora de Operações SENAI DR/AP

ANEXO II - PLANO DE TRABALHO

I. DESCRIÇÃO

1.1. Título de Plano			
ATIVIDADES DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA			
1.2. Identificação dos Partícipes do Plano			
Partícipe:	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI-DR/AP	**CNPJ:**	03.775.690/0001-49
	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ (DPE/AP)	**CNPJ:**	11.762.144/0001-00
1.3. Unidades Vinculadas ao Plano			
U.O. SENAI MCP	UNIDADE SENAI MACAPÁ		
U.O. SENAI SNT	UNIDADE SENAI SANTANA		
1.4. Classificação do Plano			
Enquadramento:	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL		

1.5. Justificativa / Fundamentação

O presente Plano de Trabalho tem como objetivo principal alinhar as responsabilidades e os resultados esperados no âmbito da parceria entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI Amapá e a Defensoria Pública do Estado do Amapá. A iniciativa visa promover a oferta de cursos de qualificação profissional para o público em situação de vulnerabilidade social atendido pela Defensoria Pública, conforme critérios legais de hipossuficiência.

Estão previstas ofertas educacionais nas unidades fixas do SENAI localizadas nos municípios de Macapá e Santana, com a possibilidade de expansão para outros municípios do Estado, mediante disponibilidade de unidades móveis e instrutores do SENAI e/ou infraestrutura local adequada.

Ressalta-se que a captação de alunos para turmas fora das unidades fixas deverá ser previamente comunicada ao SENAI, para que seja realizada a devida análise de viabilidade técnica, operacional e estrutural, antes do início da captação. Quando necessário, essa análise incluirá visita técnica às localidades indicadas, a fim de garantir as condições adequadas para a execução dos cursos com qualidade e segurança.

1.6. Cláusula de Gratuidade

Todas as vagas ofertadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica serão destinadas integralmente à gratuidade regimental do SENAI-DR/AP, não sendo permitida a cobrança de qualquer taxa, mensalidade ou valor dos beneficiários, direta ou indiretamente. A participação do público-alvo será totalmente gratuita, observadas as regras e procedimentos internos do SENAI para a oferta de cursos gratuitos.

1.7. Identificação do Objeto

1. Promoção da formação profissional alinhada ao mercado.
2. Inclusão de agentes locais, empreendedores e profissionais.
3. Ações integradas ao Termo de Cooperação SENAI-DR/AP e DPE-AP.
4. Parceria estratégica para o desenvolvimento econômico.
5. Impacto sustentável no estado do Amapá.

1.8. Projeção do Público-alvo do Projeto

O público-alvo deste Plano de Trabalho é composto por pessoas em situação de vulnerabilidade

socioeconômica, legalmente reconhecidas como hipossuficientes, atendidas pela Defensoria Pública do Estado do Amapá. São indivíduos que, por suas condições financeiras e sociais, enfrentam dificuldades de acesso a oportunidades de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. A parceria com o SENAI tem como propósito ampliar o acesso desse público a cursos de educação profissional, contribuindo para o fortalecimento de sua autonomia, empregabilidade e inclusão social.

1.9. Obrigações das partes

OBRIGAÇÕES DO SENAI AMAPÁ:

1. **Elaborar e executar os cursos de capacitação profissional**, garantindo metodologia e qualidade educacional;
2. **Garantir a oferta de cursos de qualificação profissional nas áreas de Tecnologia e Inovação**, conforme plano de trabalho acordado.
3. **Realizar o processo de inscrição e matrícula dos participantes**, com foco prioritário no público-alvo.
4. **Disponibilizar infraestrutura, materiais didáticos e recursos tecnológicos** necessários para a realização das atividades formativas;
5. **Selecionar e capacitar os instrutores** responsáveis pela condução das formações, assegurando excelência no ensino;
6. **Realizar o acompanhamento pedagógico e técnico** dos cursos, garantindo o cumprimento da carga horária e dos conteúdos programáticos;
7. **Emitir certificados ou diplomas de conclusão**, aos participantes que atenderem aos critérios de aprovação estabelecidos;
8. **Fornecer relatórios periódicos de acompanhamento de alunos** do projeto, apresentando indicadores de desempenho, frequência e conclusão dos cursos.

OBRIGAÇÕES DA DPE:

1. **Colaborar na mobilização e divulgação do projeto** junto ao público-alvo, orientando previamente sobre o processo de inscrição, alinhado as diretrizes do SENAI;
2. **Apoiar na identificação e encaminhamento de potenciais participantes** para os cursos ofertados.
3. **Alinhar as informações com a Equipe Técnica e o Setor Comunicação do SENAI Amapá,** antes de qualquer divulgação nas redes sociais, televisão, rádio ou qualquer outra mídia;
4. **Apoiar logisticamente** na organização e realização das inscrições, facilitando o acesso dos interessados às vagas ofertadas;
5. **Colaborar com o acompanhamento dos alunos**, com o objetivo de obter o maior número possível de alunos concluintes.

1.10. 1.11. Prazo de Execução

12 (doze) meses

1.12. 1.13. Resultados Esperados

1. **Ampliação do acesso à educação profissional** para pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Defensoria Pública.
2. **Formação de turmas gratuitas** em cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional nas unidades fixas do SENAI em Macapá e Santana, e em outros municípios mediante viabilidade técnica.
3. **Promoção da inclusão produtiva**, por meio da oferta de cursos alinhados às demandas do mercado de trabalho local e regional.
4. **Aumento da empregabilidade e geração de renda** para os beneficiários atendidos pela parceria.

5. **Fortalecimento da atuação interinstitucional**, com integração entre as políticas públicas de acesso à justiça e à educação profissional.
6. **Identificação e atendimento de demandas locais**, por meio de planejamento conjunto e eventual uso de unidades móveis do SENAI.
7. **Otimização de recursos públicos e infraestrutura existente**, com foco em impacto social e eficiência na execução das ofertas.
8. **Monitoramento e avaliação dos resultados** da parceria, com base em indicadores como número de alunos atendidos, taxa de conclusão dos cursos e inserção no mercado de trabalho.

1.14. 1.15. Cronograma de Execução

SERVIÇO	QUANT. TURMA	REQUISITOS DE ACESSO	U.O	CH	QUANT. MATRÍCULA	INÍCIO	FINAL
1 – Montador e Reparador de Computador	1	Ter Concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 16 anos	Santana	230	25	17/09/2025	10/12/2025
2 – Instalador de Sistemas Fotovoltaicos	1	Ter Concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 18 anos	Santana	216	25	17/09/2025	03/12/2025
3 – Assistente de Recursos Humanos	1	Ter Concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 16 anos	Santana	180	25	17/09/2025	18/11/2025
4 – Instalador e Reparador de Redes de Computadores	1	Ter Concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 16 anos	Santana	220	25	17/09/2025	04/12/2025
5 – Instalador Hidráulico	1	5º Ano do Ensino Fundamental Idade Mínima 18 anos	Santana	212	25	17/09/2025	02/12/2025
6 – Almoxarife	1	Ter Concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 16 anos	Santana	200	25	17/09/2025	27/11/2025
7-Controle de Finanças Pessoais	1	Ter concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 16 anos	Macapá	20	25	01/09/2025	05/09/2025
8- Aplicação de Ferramentas da Qualidade em Processos Administrativos	1	Ter Concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 16 anos	Macapá	20	25	01/09/2025	05/09/2025
9- Montagem e Reparação de Computador	1	Ter concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 16 anos	Macapá	60	25	01/09/2025	19/09/2025

10- Operador de Computador	1	Ter concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 14 anos	Macapá	220	25	01/09/2025	04/11/2025
11- Assistente Administrativo	1	Ter concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 14 anos	Macapá	250	25	01/09/2025	12/11/2025
12- Informática Básica	1	Ter concluído o Ensino Fundamental Idade Mínima 14 anos	Macapá	60	30	01/09/2025	19/09/2025

Declaro que este projeto contém todos os requisitos técnicos pertinentes a sua perfeita execução, bem como foi submetido as instancias técnicas necessárias, para que possa guardar conformidade com as exigências legais aplicáveis, assim submetendo-o a aprovação das autoridades competentes.

ASSINATURAS

ÓRGÃO / ENTIDADE ORG.	**FUNÇÃO**	**RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO/ COORDENADOR/FISCAL**
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI-DR/AP	COORDENADOR(A) DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ (DPE/AP)	COORDENADORA DE PLANEJAMENTO DPE/AP	